

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.809 - RS (2019/0280840-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA E OUTRO(S) - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118
AGRAVADO : NEIDE ENGEL DA ROSA
ADVOGADO : GIOVANI DA ROCHA FEIJÓ E OUTRO(S) - RS075501

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que negou seguimento ao recurso especial sob o fundamento de incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 206/213).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 138):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CREDITÍCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

DEVER DE NOTIFICAR. ART. 43, § 2º, DO CDC. Da exegese do art. 43, § 2º, do CDC, pode-se extrair que a prévia notificação ao consumidor, quanto à abertura de registro negativo em seu nome, é obrigatória, sendo que o descumprimento da norma pelo arquivista ou mantenedor do arquivo de consumo autoriza ao consumidor a busca pelo cancelamento e reparação pelos danos decorrentes do apontamento feito às avessas da lei.

CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. Hipótese em que a ré não logrou comprovar o envio da prévia notificação à autora, ônus que lhe competia, ex vi do art. 373, II, do CPC. Precedentes deste Tribunal.

DANO MORAL IN RE IPSA. CANCELAMENTO DO REGISTRO. Verificada a ausência de notificação, configurado está o danum in re ipsa.

Possibilidade de cancelamento do apontamento, conforme postulado, com a ressalva de que, cumprido o disposto no art. 43, § 2º, do CDC e, não impugnado o registro, nada impede que o réu proceda a novo cadastramento.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO. Em atenção aos parâmetros estabelecidos pela doutrina e jurisprudência pátrias para a fixação do montante indenizatório, atento às particularidades do caso concreto, o quantum de R\$ 1.000,00 (mil reais), acrescido de correção monetária e juros moratórios legais, se mostra razoável e proporcional. Sucumbência redimensionada.

APELAÇÃO PROVIDA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 157/162).

Sobreveio o recurso especial (e-STJ fls. 166/179), fundado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, no qual a recorrente apontou, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 373, II, do CPC/2015 e 43, § 2º, do CDC, alegando que (e-STJ fls. 171/172):

Com efeito, a ora recorrente cumpriu, sim, com a obrigação prevista no já mencionado art. 43, § 20, do CDC e na Súmula no. 359 do STJ. Isso porque, ao ser alimentado o seu sistema com os dados do devedor inadimplente, é enviada carta de comunicação ao mesmo para que este tome ciência da dívida e a quite em um prazo de 10 dias. Somente após expirado tal prazo é que o registro é efetuado em seus cadastros e disponibilizado.

E no caso em tela, os documentos apresentados pela recorrente em sede de contestação e de apelação, consistem, de fato, na comunicação de débito enviada pelos Correios ao

recorrido, antes da inserção de seu nome nos cadastros da recorrente.

Tal comunicação tem o condão de atestar o envio da notificação correspondente ao débito contraído pelo consumidor ali constante. E no caso dos autos, o documento em tela foi enviado para o endereço fornecido pela empresa associada, cujos cadastros devem ser atualizados pelo próprio consumidor.

Conclui-se, então, pelo cumprimento do art. 43, § 2.º, do CDC e da Súmula 359 do STJ. Dessa forma, observa-se que, conseqüentemente, a recorrente, ao atender à obrigação prevista nos mencionados dispositivos, logrou êxito em comprovar fato extintivo do direito alegado pelo ora recorrido, obedecendo, assim, a redação do art. 373, II, do CPC.

No agravo (e-STJ fls. 216/225), reitera a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 232/234).

É o relatório.

Decido.

Quanto ao envio de notificação prévia, concluiu o aresto recorrido que (e-STJ fls. 142/143):

No caso sob comento, conforme se infere do documento acostado às fls. 19/20 dos autos, a parte autora comprovou a existência de dois registros negativos em seu nome no banco de dados da ré.

A demandada, embora tenha divulgado o cadastramento, não se preocupou em juntar aos autos documentos aptos a comprovar o envio das prévias comunicações à demandante, ônus que lhe competia, nos termos do art. 373, II, do CPC, não se prestando para tanto aqueles juntados às fls. 42/48.

Quanto ao credor Grazziotin, embora a requerida tenha comprovado que procedeu a notificação da consumidora acerca da inscrição do seu nome no rol de inadimplentes, não se desincumbiu do ônus de comprovar que a referida notificação foi prévia ao registro creditício.

Com efeito, embora a requerida alegue que a referida notificação foi prévia à inclusão do nome da autora no banco de dados, esta sequer trouxe aos autos documento que comprove a data em que o registro foi incluído em seu sistema.

De outra banda, quanto ao credor Negresco-Credipar, os únicos documentos carreados aos autos foram um "Relatório de Aviso de Registro no SCPC", uma lista de postagem e um documento de postagem dos Correios, que não servem como prova da notificação. Sequer a correspondência supostamente enviada para notificação foi carreada aos autos.

Deste modo, não tendo a demandada comprovado o envio das notificações prévias sobre as anotações existentes em nome da demandante, têm-se como ilícitas tais inscrições, estando caracterizado o *danum in re ipsa*, o qual se presume, conforme as mais elementares regras da experiência comum, prescindindo de prova quanto à ocorrência de prejuízo concreto.

Para ultrapassar as conclusões do acórdão impugnado, a fim de admitir a existência de envio da notificação e excluir o dever da recorrente de indenizar, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ. Nesse aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL. INICIATIVA DA COMPRADORA. 10% O PERCENTUAL DE RETENÇÃO. SÚMULAS 7 e 83 DO STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SÚMULA 284 DO STJ.

REDUÇÃO DO QUANTUM. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A revisão do percentual de retenção do percentual de retenção dos valores pela rescisão do compromisso de compra e venda constitui questões eminentemente fáticas. O acolhimento da pretensão recursal, nesse ponto, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 2. A jurisprudência desta Corte tem considerado razoável, em rescisão de contrato de compra e venda de imóvel por culpa do comprador, que o percentual de retenção, pelo vendedor, de parte das prestações pagas seja arbitrado entre 10% e 25%, conforme as circunstâncias de cada caso, avaliando-se os prejuízos suportados. Precedentes. 3. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.062.082/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 23/5/2017.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator